

UTILIZAÇÃO DA CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIAS DE MINAS GERAIS

Paulo Alariko Silva Lopes¹
Eduardo Damasceno Costa²

RESUMO

Este estudo foi delineado com intuito de compreender como se dá a utilização da contracepção de emergência (CE) entre 86 jovens universitárias que realizavam graduação na área da saúde em instituições privadas de Minas Gerais. Um questionário estruturado na plataforma Google Forms foi elaborado e enviado por meio de aplicativo de troca de mensagens para alunas de diferentes instituições privadas no primeiro semestre de 2021. Entre a amostra analisada, 93% das estudantes já tinham tido a primeira relação sexual. A maioria das estudantes (91,86%) já haviam tido alguma relação sexual sem uso de preservativo. Adicionalmente, a maioria das entrevistadas (54,65%) fazia uso rotineiro de contraceptivo oral. Foi verificado ainda que 75,58% universitárias já haviam usado alguma vez a CE. Entre as entrevistadas analisadas, 44,18% fez uso apenas uma vez da pílula do dia seguinte no último ano. A maioria das jovens relataram que fizeram uso da CE porque usou incorretamente o anticoncepcional oral (32,55%). Do total de entrevistadas, apenas 3,49% obtiveram CE via prescrição médica. Os dados também mostraram que 22,09% das jovens decidiram comprar a medicação por orientação de um amigo; 61,63% não recebeu nenhum tipo de orientação no momento da compra e, 17,44% apresentou algum tipo de evento adverso. Diante dos dados apresentados, verifica-se que a maioria das graduandas em saúde já fizeram uso da CE. Torna-se necessário a promoção do uso racional de medicamentos e de medidas educativas direcionadas a saúde da mulher que esclareçam sobre os riscos e benefícios da contracepção de emergência.

Descritores: contracepção de emergência, pílula do dia seguinte, gravidez indesejada, levonorgestrel.

ABSTRACT

This study was designed in order to understand how emergency contraception (EC) is used among 86 university students who were graduating in the health field in private institutions in Minas Gerais. A questionnaire structured on the Google Forms platform was developed and sent using a message exchange application for students from different private institutions in the first half of 2021. Among the sample analyzed, 93% of the students had already had their first sexual intercourse. Most students (91.86%) had already had sexual intercourse without using a condom. In addition, the majority of respondents (54.65%) routinely used oral contraceptives. It was also verified that 75.58% university students had already used the EC. Among the interviewees analyzed, 44.18% used the pill of the following day only once in the last year. Most young women reported that they used EC because they used oral contraceptives incorrectly (32.55%). Of the total interviewees, 3.49% obtained emergency contraception via

¹ Discente do curso de Farmácia da Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas-MG. E-mail: pauloalariko@gmail.com

² Professor orientador, Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas-MG. Email: damascenomg13@yahoo.com.br

medical prescription. The data also showed that 22.09% of young women decided to buy guidance from a friend; 61.63% did not receive any type of guidance at the time of purchase and; 17.44% had some type of adverse event. In view of the data presented, it appears that the majority of undergraduate students in health have already used the EC. It is necessary to promote the rational use of medicines and educational measures aimed at women's health that clarify the risks and benefits of emergency contraception.

Keywords: emergency contraception, morning-after pill, unwanted pregnancy, levonorgestrel.

INTRODUÇÃO

Anualmente, 74 milhões de mulheres vivendo em países subdesenvolvidos engravidaram sem intenção. A gravidez não planejada pode ser conceituada como toda gestação que não foi delineada pelo casal ou, pelo menos pela mulher (DELGADO *et al.*, 2020). Geralmente, essa forma de gravidez pode expor a mulher a diversos desfechos negativos incluindo a realização do aborto inseguro e mesmo o óbito. A gravidez indesejada também pode impactar no bem-estar psicológico da mulher, no seu próprio status socioeconômico e da sua família (MICHIE; CAMERON, 2020). Dados apontam ainda que a gravidez não planejada tem consequências financeiras significativas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Estimativas indicam que o custo total da gravidez não planejada envolveu no ano de 2014 cerca de R\$ 4,1 bilhões no Brasil (PEPE *et al.*, 2017). Nesse contexto, fica claro que a gravidez não planejada é um grave problema de saúde pública.

A contracepção de emergência (CE) pode ajudar na redução do risco de uma gravidez não planejada quando nenhum outro método de contracepção foi utilizado antes ou durante o ato sexual ou quando uma prática contraceptiva falha (por exemplo, o preservativo se rompe). A Organização Mundial da Saúde (OMS) inclui a CE em sua lista de medicamentos essenciais e recomenda a promoção e o acesso à CE no intuito de proteger a saúde da mulher contra desfechos negativos (WANNMACHER, 2009).

Os métodos recomendados de CE incluem o dispositivo intrauterino de cobre (DIU) e os medicamentos orais a base de levonorgestrel e etilnilestradiol (Yuzpe[®]), os que contém acetato de ulipristal (ellaOne[®]) e os que são formulados apenas a base de levonorgestrel (DiaD[®]) (BLACK; HUSSAINY, 2017). No Brasil, apenas o último método é vendido e distribuído em unidades de atenção básica em forma de comprimidos de 0,75mg e 1,5mg (DA SILVA *et al.*, 2019).

A CE a base de levonorgestrel (LNG) também é conhecida como “pílula do dia seguinte” e, deve ser usada em apenas situações emergenciais, após a relação sexual praticada

sem proteção, devendo ser administrada em até 72 horas para se evitar a gravidez (BRANDÃO *et al.*, 2016; MONTEIRO *et al.*, 2020).

O medicamento a base de LNG é um método contraceptivo de emergência eficaz e seguro quando usado adequadamente (LEE; SCHWARZ, 2017). Entretanto, o seu uso inadequado, irracional e abusivo pode causar efeitos adversos indesejados e também promover o desenvolvimento de doenças como o câncer de mama e câncer de colo uterino, bem como a redução da eficácia terapêutica, com possível gravidez indesejada e/ou infertilidade (RIBEIRO; SILVA; BARROS, 2020). Nesse contexto, a prática farmacêutica tem papel importante no manejo da farmacoterapia da contracepção de emergência, na promoção de medidas educativas e no uso seguro de fármacos (SANTANA, 2018).

Diante da problemática acima apresentada, este trabalho apresenta a seguinte questão norteadora: ***Qual é a percepção de jovens universitárias sobre a utilização da anticoncepção de emergência baseada no uso do levonorgestrel no estado de Minas Gerais?*** Acredita-se que as jovens possuam pouco conhecimento sobre os efeitos indesejados da CE e são levadas a acreditar no uso desse medicamento como forma de poder se relacionar sexualmente sem se preocupar com um método primário de anticoncepção como o preservativo e/ou as pílulas anticoncepcionais. Portanto, o objetivo geral desse trabalho foi avaliar a percepção e a utilização da contracepção de emergência entre jovens universitárias de Minas Gerais. Como objetivos específicos buscamos caracterizar o comportamento contraceptivo geral das jovens universitárias de Minas Gerais; verificar qual era o conhecimento e a forma de uso da contracepção de emergência entre as graduandas e; analisarmos as formas de acesso e informação desse tipo de medicamento.

O levantamento de dados desse trabalho ganha importância uma vez que o uso indiscriminado da CE pode trazer graves consequências ao organismo feminino o que pode futuramente resultar em impactos consideráveis a saúde da mulher. Adicionalmente, os dados aqui apresentados poderão servir de meio para o aprimoramento de estratégias de promoção racional da CE, direcionando ferramentas de educação que alcance as jovens de maneira mais prática e assertiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Dados epidemiológicos indicam que 213 milhões de gestações anuais ocorrem em todo o mundo. Desse total, 40% não foram planejadas (BONATTI *et al.*, 2018). No Brasil resultados mostraram que entre as brasileiras, 55,4% não planejaram a gravidez no ano de 2012 (BRANDÃOS; CABRAL, 2017).

A CE ou popularmente conhecida como “pílula do dia seguinte” pode ser conceituada como o uso de um medicamento como medida emergencial para evitar a gravidez após a relação sexual sem proteção. Diferentemente dos contraceptivos que são utilizados rotineiramente antes da relação sexual, a CE tem seu uso indicado em situações que envolvam a necessidade de prevenir a gravidez não planejada, decorrentes de uma relação sexual desprotegida.

No Brasil, no ano de 1996, a CE foi incluída nas normas técnicas de planejamento familiar. No ano de 2003, o Ministério da Saúde determinou a disponibilização desse método de maneira abrangente, sendo garantido a mulheres pelos serviços de saúde, mediante as seguintes indicações: (1) a anticoncepção regular praticada não foi usada, (2) ocorreu erro ou falha no método anticoncepcional regular e (3) em casos de abuso ou violência sexual (MINISTÉRIO DA SAÚDE. BRASIL., 2005). Deve-se sempre ressaltar o caráter emergencial da CE, não devendo, portanto, ser usada como método contraceptivo regular, haja visto os inúmeros efeitos adversos que a administração rotineira pode causar (CAVALCANTE *et al.*, 2016).

A CE no nosso país é feita principalmente com especialidades farmacêuticas à base de progestágeno sintético isolado, o levonorgestrel. Geralmente, ele é administrado de duas formas: na dosagem de 1,5mg dividida em 2 comprimidos iguais de 0,75mg a cada 12 horas, ou como dose única onde os 2 comprimidos de 0,75mg são administrados simultaneamente (FESTIN *et al.*, 2016). Esse método é amplamente utilizado e é considerado o padrão ouro para contracepção de emergência.

Na CE, estudos mostram que o mecanismo do LNG ainda não está claro. Dados indicam que essa molécula pode atuar prevenindo ou atrasando a ovulação e prejudicando a função luteal (MATYANGA; DZINGIRAI, 2018). Outro estudo mostra ainda que o LNG poderia causar espessamento crescente do muco cervical ou afetar a migração e função dos espermatozoides no trato genital, impedindo assim a fertilização de um óvulo (PAUL, 2016). A revisão das evidências sugere ainda que o LNG não pode impedir a implantação de um óvulo fertilizado. Isso explica a necessidade de tomar levonorgestrel o mais rápido possível após a

relação sexual, especialmente dentro de 72 horas (SHEN *et al.*, 2019). Além disso, outro estudo também mostra que quanto mais precocemente o tratamento com LNG é iniciado, mais eficaz ele se torna (JATLAOUI; CURTIS, 2016).

É importante considerar que o risco de gravidez está relacionado ao dia do ciclo da relação sexual. As mulheres que tenham relações sexuais na véspera do dia estimado da ovulação têm um risco quatro vezes maior de gravidez quando comparado com mulheres que estão fora da janela fértil. Também, sugere-se que a CE pode ser menos eficaz entre mulheres obesas, embora os dados sejam limitados (EDELMAN *et al.*, 2016).

Em doses normais o levonorgestrel apresenta efeitos adversos incomuns e leves e semelhantes aos vivenciados por mulheres que usam pílulas anticoncepcionais orais regulares. Entre os principais efeitos adversos foi relatado a ocorrência de sangramento uterino irregular, náusea (13-23%) sensibilidade mamária, diarreia, vômito (5,6%), aumento do peso, icterícia, elevação da pressão arterial, elevação do colesterol, elevação da glicemia, gestação ectópica, tontura (9-11%), fadiga (13-17%), cefaleia, dor abdominal inferior (13-18%) (HAEGER; LAMME; CLELAND, 2018). Em algumas mulheres a menstruação pode adiantar ou atrasar depois do uso da “pílula do dia seguinte”. Portanto, o seu uso frequente ou repetido pode causar transtornos menstruais e dificultar o reconhecimento das fases do ciclo e do período fértil. Em caso de superdosagem efeitos mais graves podem ocorrer (BRANDÃO *et al.*, 2016). Foi demonstrado recentemente que mulheres sobreviventes ao câncer em idade reprodutiva fizeram uso significativamente maior de CE quando comparado com mulheres da população geral americana. Especificamente, uma em cada quatro sobreviventes de câncer relataram o uso múltiplo de anticoncepcionais de emergência (MEDICA *et al.*, 2018). Muitas mulheres também ignoram o uso de métodos contraceptivos rotineiros e apelam para o uso da CE para evitar a gravidez de forma abusiva. Essa prática expõe a um maior risco de adquirir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), além da ocorrência de efeitos indesejados que podem ser acarretados pela administração abusiva de CE sem o acompanhamento médico ou a orientação de um farmacêutico (VIEIRA, 2018).

O farmacêutico tem o objetivo de promover a saúde da população, através de ações educativas, como, por exemplo, orientações quanto ao uso racional de medicamentos. Neste caso, cabe a esse profissional informar sobre a posologia e a possíveis riscos que a CE pode causar, além de orientar a mulher sobre a importância de procurar atendimento médico (AZIZE, 2017). A maioria das mulheres que compram a “pílula do dia seguinte” diretamente nas farmácias ou drogarias manifestam constrangimento em falar sobre a sua intimidade, o que

inviabiliza, muitas vezes, o contato e orientação do farmacêutico, que não tem a oportunidade de esclarecer os riscos que o medicamento pode causar a elas (BRANDÃOS; CABRAL, 2017).

É de vital importância que as informações corretas sobre o CE sejam disseminadas através da educação em saúde, principalmente entre os jovens. É importante esclarecer quais as principais indicações e forma de uso, fornecendo informações a respeito da segurança e de possíveis efeitos adversos da CE. Além disso, alertar por meio de estratégias de educação em saúde que se trata de um método empregado na prevenção de gestações não planejadas, abortos ilegais e que seu uso de forma abusiva pode levar a graves problemas de saúde da mulher.

Diante do exposto, esse estudo teve como propósito analisar o conhecimento sobre a contracepção de emergência e a forma de utilização entre jovens universitárias que realizam algum curso de saúde em Minas Gerais.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo observacional, exploratório com abordagem descritiva-quantitativa, em que não ocorre intervenção do pesquisador e, de corte transversal; por se tratar de uma investigação de um determinado conhecimento em um período específico.

3.2 Local e período de estudo

A pesquisa foi realizada junto a universitárias de Minas Gerais, que realizavam graduação em cursos de saúde, regulamente matriculadas no período de fevereiro a maio de 2021. A opção por esse grupo foi baseada na justificativa da alta escolaridade e por se tratar de cursos que possivelmente as alunas teriam maior esclarecimentos sobre a saúde da mulher. De modo geral, os cursos de saúde ofertam para seus graduandos informações a respeito da gravidez e formas de contracepção.

3.3 Coleta de dados e aspectos éticos

Devido a pandemia do SARS-CoV-2 a coleta de dados foi realizada por meio de questionário elaborado em plataforma do *Google Forms* e disponibilizado usando aplicativo de mensagens e comunicação entre grupos dos diferentes cursos de saúde. A técnica de pesquisa aqui empregada é chamada de observação direta extensiva. As questões abordam o

conhecimento sobre a “pílula do dia seguinte”, se a mulher já fez ou não o uso; o número de vezes que já foi utilizado; se houve prescrição; quem fez a prescrição; os efeitos adversos provocados; se houve orientações durante a compra; se a graduanda conhece os métodos contraceptivos e quais são as causas que levaram a utilização da contracepção de emergência.

Para participar da pesquisa, a acadêmica esteve em acordo com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que explicou qual era o objetivo da pesquisa e garantiu o anonimato sobre as respostas. Esta pesquisa seguiu os princípios das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, que dispõe sobre as diretrizes éticas de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012; 2016). Foi garantido que esse estudo não traria nenhum risco para as participantes, necessitando apenas de algumas informações pessoais que serão totalmente confidenciais. Adicionalmente, foi explicado que o estudo traria benefícios educacionais as pessoas que tiverem acesso aos resultados desse trabalho, pois ele apresentará dados sobre o uso indiscriminado da contracepção de emergência, os possíveis danos relatados pelas jovens universitárias, o conhecimento delas sobre essa prática.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão da pesquisa

Esse trabalho incluiu mulheres com idade superior a 18 anos e que estão regularmente matriculadas em cursos de saúde de faculdades localizadas no estado de Minas Gerais. Serão excluídos da pesquisa, questionários que a participante tenha idade inferior a 18 anos de idade, que não realizem graduação na área da saúde

3.5 Análise estatística

Os resultados sofreram tratamento estatístico e foram expressos como média e erro padrão das médias (média±SEM) usando o programa Graphpad Prism versão 8.0 (Graphpad Software, San Diego, CA). Os dados foram avaliados utilizando ANOVA de uma via seguida por comparação múltipla de Newman-Keuls ou teste t de student não pareado conforme a necessidade estatística de cada análise. Todas as análises estatísticas foram consideradas significativas quando $P < 0,05$.

RESULTADOS

Foram entrevistadas 86 graduandas de cursos da saúde com média de idade $24,4 \pm 3,63$. As instituições de educação e os cursos de saúde que as jovens universitárias pertenciam foi apresentada por meio da técnica de nuvem de palavras (FIGURA 1). Esse método organiza os termos em função da frequência. A maioria das alunas eram da Faculdade Ciências da Vida localizada em Sete Lagoas-MG (42 repetições) e do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (25 repetições) situada na cidade de Ubá-MG. Em relação ao curso, a maioria das entrevistadas cursavam medicina (43 repetições) e farmácia (20 repetições). Além desses dois cursos, também haviam graduandas de nutrição, enfermagem e odontologia.

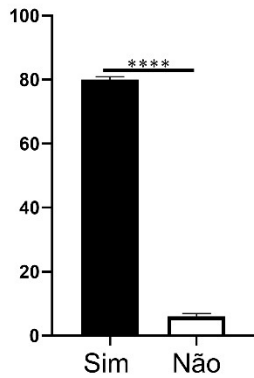


FIGURA 1: Nuvem de palavras a respeito das instituições de educação e dos cursos de saúde que pertenciam as universitárias entrevistadas.

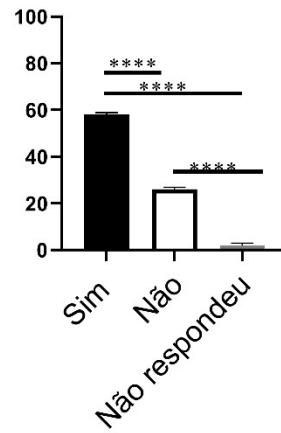
FONTE: O autor (2021), organizado usando a plataforma online wordart.

A

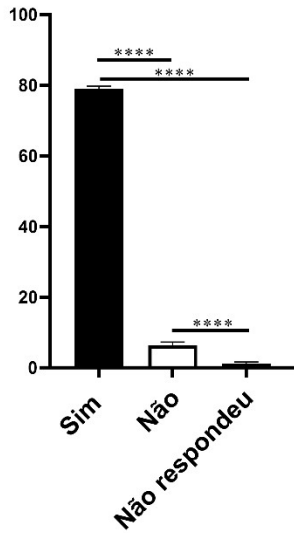
Já teve a primeira relação sexual?

**B**

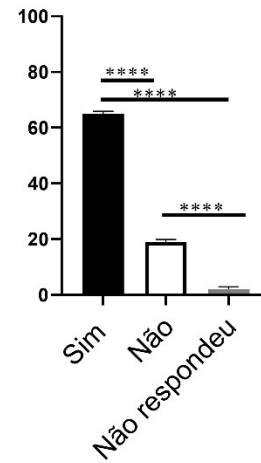
Usou preservativo na primeira relação sexual?

**C**

Já teve relação sexual sem preservativo?

**D**

Faz uso de algum método contraceptivo atualmente?

**E**

Qual método de contracepção em uso?

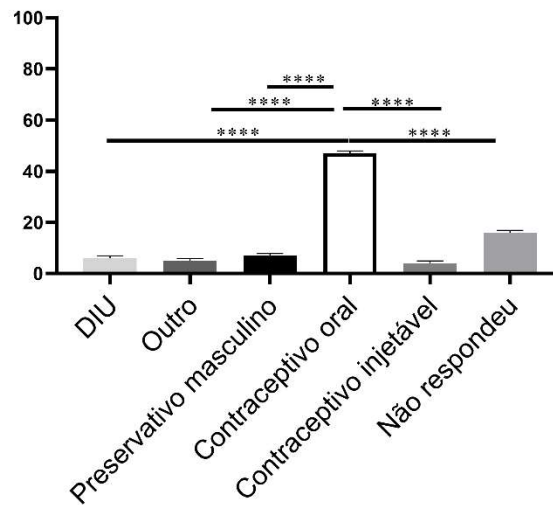


FIGURA 2: Comportamento sexual de jovens universitárias de Minas Gerais. (A) Iniciação sexual; (B) Utilização de camisinha masculina na primeira relação sexual; (C) Ocorrência de

alguma relação sexual sem uso de preservativo; (D) Uso de métodos de contracepção atualmente; (E) Métodos de contracepção mais utilizados. Os resultados são expressos como médias \pm S.E.M. ****p <0,0001. Teste t student não pareado para gráfico (A) e One-Way ANOVA e teste post-hoc de Newman-Keuls para gráficos (B), (C), (D) e (E).

FONTE: O autor (2021).

Ainda a respeito do perfil das pesquisadas, apurou-se que a maioria delas, ainda que matriculada em instituições de ensino privado, não possuía trabalho remunerado (69,76%) e tinham cursado o ensino médio em rede particular (51,16%).

Sobre o comportamento sexual das graduandas em saúde (FIGURA 2) os dados obtidos revelaram que a maior parte (80 universitárias, 93%) já tinham tido a primeira relação sexual. Tal evento ocorreu com uso de preservativo para 58 das universitárias (67,40%). Apurou-se também que a maioria das estudantes não planejaram sua primeira relação sexual (61,62% dados não mostrados no gráfico).

A maioria das estudantes já tiveram alguma relação sexual sem uso de preservativo (79 universitárias, 91,86%). A maior parte das entrevistadas (65 universitárias, 75,58%) faz atualmente uso de algum tipo de contracepção, sendo que a maioria utiliza a contraceptivo oral (47 universitárias, 54, 65%).

Em relação ao uso da anticoncepção de emergência (FIGURA 3), observou-se que entre as jovens universitárias, 75,58% (65 universitárias) já haviam usado alguma vez. Entre a amostra analisada, 44,18% das universitárias fizeram uso apenas uma vez da pílula do dia seguinte no último ano e aproximadamente 20% fizeram uso duas ou mais vezes. A análise revelou ainda que a maioria das estudantes (65,11%) fez uso da contracepção de emergência até 24 horas após o ato sexual. Das jovens entrevistadas apenas 3 universitárias (3,49%) obtiveram contracepção de emergência por meio de prescrição médica.

A maioria das jovens (32,55%, 28 universitárias) relataram que fizeram uso da contracepção de emergência porquê usou incorretamente o anticoncepcional oral. A pesquisa também indicou que 22,09% decidiram comprar a medicação por orientação de um amigo; 61,63% não recebeu nenhum tipo de orientação no momento da compra e, 17,44% apresentou algum tipo de evento adverso.

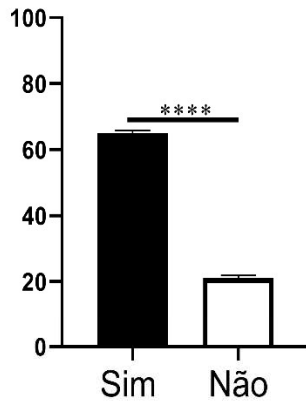
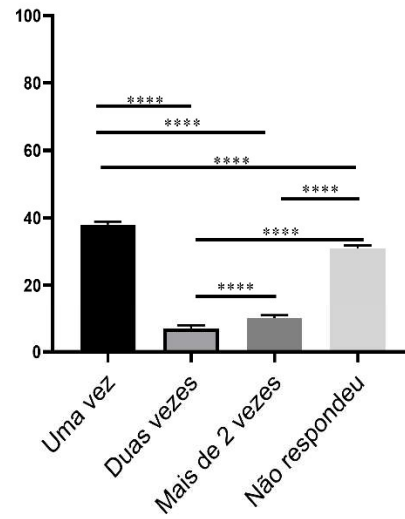
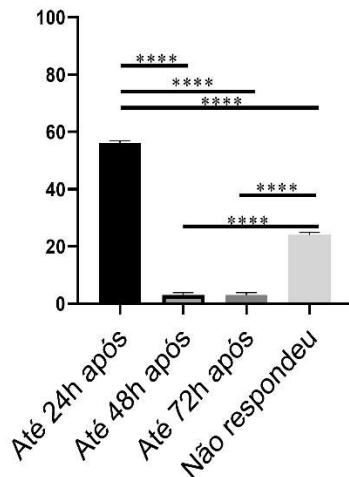
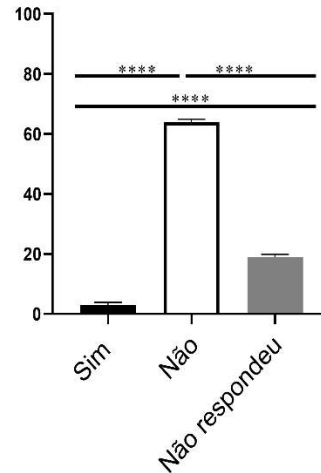
A**Já usou pílula do dia seguinte?****B****Quantas vezes usou a pílula do dia seguinte no último ano?****C****Quanto tempo depois da relação sexual fez uso?****D****Obteve prescrição médica para uso da pílula do dia seguinte?**

FIGURA 3: Forma e uso da contracepção de emergência por universitárias de Minas Gerais. (A) Uso da contracepção de emergência; (B) Frequência de uso da contracepção de emergência em 2020; (C) Tempo de uso da contracepção de emergência após relação sexual; (D) Ocorrência da prescrição médica de contracepção de emergência. Os resultados são expressos como médias \pm S.E.M. **** $p < 0,0001$. Teste t student não pareado para gráfico (A) e One-Way ANOVA e teste post-hoc de Newman-Keuls para gráficos (B), (C) e (D).

FONTE: O autor (2021).

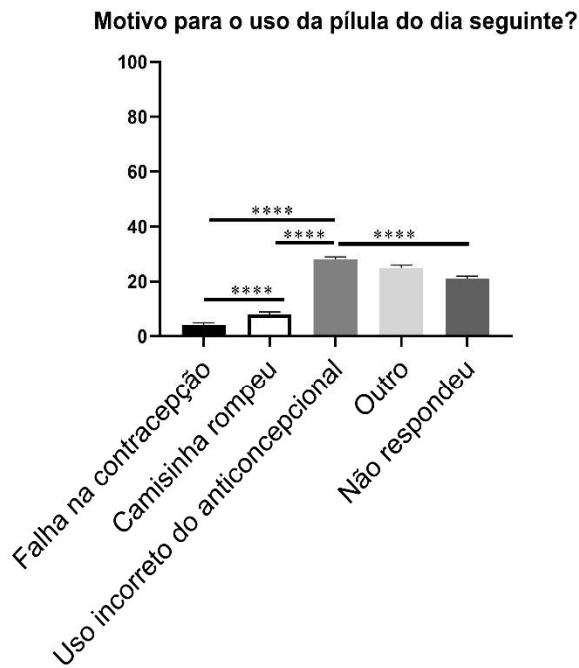
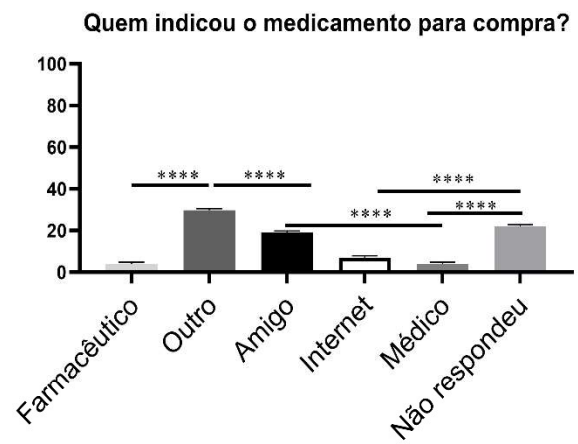
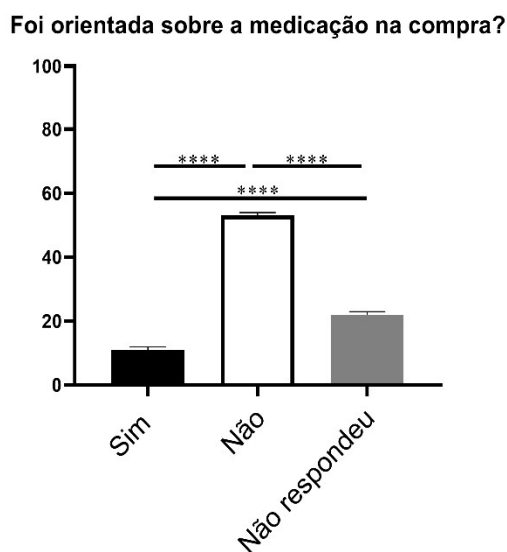
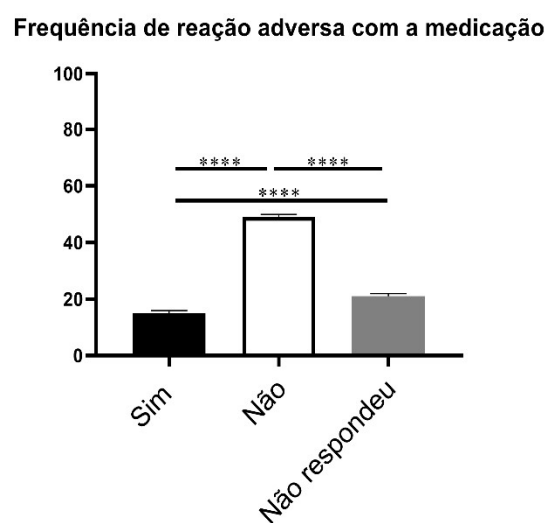
A**B****C****D**

FIGURA 4: Acesso e registro de reações adversas da contraceção de emergência por jovens universitárias de Minas Gerais. (A) Motivo de uso da contraceção de emergência; (B) Indicação de uso da contraceção de emergência; (C) Orientações educativas no momento da compra da contraceção de emergência; (D) Ocorrência de reação adversa com uso da contraceção de emergência. Os resultados são expressos como médias \pm S.E.M. **** $p < 0,0001$. One-Way ANOVA e teste post-hoc de Newman-Keuls para gráficos (A), (B), (C) e (D).

FONTE: O autor (2021).

DISCUSSÃO

A amostra analisada era constituída de jovens universitárias do sistema privado de ensino. Todas estavam regulamente matriculadas em cursos de saúde em Minas Gerais. Em relação ao comportamento sexual a maioria das estudantes já haviam tido a primeira relação sexual e a realizaram de maneira não planejada. Os resultados aqui alcançados corroboram com o estudo de (ANTUNES *et al.*, 2021), no qual também se identificou que a maioria das participantes (88,5%) já haviam tido relações sexuais. A ausência de políticas educacionais relativas a prática sexual, somadas, ainda ao machismo da nossa sociedade, faz muitas vezes que as jovens e as adolescentes iniciem a vida sexual muito cedo e muitas vezes sem nenhum planejamento (OPAS, 2017).

Os dados obtidos nesse estudo mostraram ainda que 67,4% das alunas fizeram uso de preservativo na primeira relação sexual. Em estudo publicado pela Revista Mineira de Enfermagem, no ano de 2018 foi verificado que 83,3% de jovens universitárias do Piauí fizeram uso de algum método de contracepção na primeira relação sexual, sendo que desse total 90,1% usaram preservativo masculino (SARMENTO *et al.*, 2018). Em Portugal, 93% das jovens estudantes relataram usar preservativo na primeira relação sexual (MIRANDA *et al.*, 2018). É relatado que o uso do preservativo é uma opção predominante entre jovens devido ao baixo custo, a facilidade de acesso e a ausência de possíveis eventos adversos. Porém, ressalta-se que entre as mulheres o não uso de preservativo masculino pode estar relacionado a vergonha e ao julgamento social. As diferenças relatadas entre a frequência de uso de preservativo na primeira relação sexual na amostra analisada em comparação com os trabalhos citados podem ser relacionadas a diferenças regionais e econômicas entre as jovens estudantes.

Entre o grupo de jovens estudadas, 91,86% já tiveram alguma relação sexual sem uso de preservativo. O não uso de preservativo na prática sexual expõe as jovens a maior probabilidade de ocorrência de gravidez não planejada e também a ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis e HIV/Aids (SPINDOLA *et al.*, 2019). Dados mostram que entre os motivos para que as jovens não façam uso do preservativo destacam-se a confiança no parceiro, o desconforto e o gosto pessoal, a crença que o parceiro não tem IST/HIV, que não pegará nenhuma doença, o desejo de ter filhos entre outros (ALVES *et al.*, 2017).

A maioria das jovens entrevistadas relataram que fazem uso de anticoncepcional oral como meio contraceptivo. Também foram citados o uso do preservativo masculino, do DIU e do anticoncepcional injetável como formas de contracepção adotadas pelas estudantes. Esses

dados também estão em acordo com estudo de (STECKERT; NUNES; ALANO, 2016) que mostraram que 76,65% universitárias residentes na cidade de Florianópolis, Santa Catarina faziam uso de contracepção oral hormonal.

Os dados obtidos revelaram que a maioria das jovens universitárias entrevistadas (75,58%) já fizeram uso da CE. Foi verificado ainda que a grande maioria das estudantes fizeram uso da CE sem prescrição médica. Estudos tem mostrado percentuais menores do uso da CE entre jovens universitárias do que os alcançados na amostra analisada. Em estudo realizado com jovens universitárias do município de Cajazeiras, na Paraíba observou-se um percentual de uso de 33,6% de anticoncepcionais de emergência (POMBAL; BRASIL, 2015). Outro estudo com graduandas de uma faculdade localizada em Montes Claros, Minas Gerais revelou que 62,2% já recorreram ao uso desse método. A falha no uso de anticoncepcional oral foi relatada como o principal motivo para o uso da pílula do dia seguinte. Esse é um dado preocupante pois a contracepção de emergência não deve ser usada com o propósito de substituição dos métodos contraceptivos de rotina. Entretanto, relatos tem apontado que o uso da contracepção de emergência é comum em momento da troca de métodos (exemplo: troca anticoncepcional oral por DIU), mudança de companheiros ou incerteza sobre a eficácia do método usado (PADOVEZE *et al.*, 2021). O acesso fácil da pílula do dia seguinte, o custo baixo e a não necessidade de prescrição médica são fatores que estimulam a compra e o uso desse tipo de método por parte da população em geral.

De posse desses dados, pode-se verificar que a automedicação da CE foi uma prática detectada entre as entrevistadas. Os medicamentos são ferramentas indispensáveis no tratamento das doenças e na melhora da qualidade em geral. Entretanto, o uso indiscriminado pode ofertar riscos à saúde.

Em relação a frequência de uso da pílula do dia seguinte pelas graduandas entrevistadas, os resultados mostraram que a maioria delas fez uso pelo menos uma vez no último ano. Os dados encontram-se em acordo com trabalho publicado em 2018 (BAUZÀ *et al.*, 2018). Nesse estudo a maioria das mulheres também usaram a contracepção de emergência pelo menos uma vez (58,3%) ou duas vezes (28%) durante o ano de pesquisa analisado. As razões apresentadas pelas jovens estudantes foram a falha do preservativo ou uso inadequado de anticoncepcionais orais e medo da gravidez.

Brandão *et al.*, 2017 aponta em seu estudo a existência de dificuldades de negociação entre os casais sobre o uso da camisinha e/ou de outro método contraceptivo, devido principalmente à forte hierarquia do gênero masculino sobre a condução da prática sexual. Isso

impede que o casal planeje previamente os encontros sexuais, admitindo-se, portanto, um certo grau de incerteza da prática e do risco de se engravidar. Por outro lado, esse comportamento favorece indiretamente a aquisição da CE sem nenhuma dificuldade: basta que a mulher se dirija à uma farmácia comercial privada e compre, por um preço relativamente baixo (BRANDÃO *et al.*, 2017). É relevante, portanto, a conscientização e a reflexão crítica de jovens sobre suas escolhas para sua vida futura.

Os dados mostraram ainda que a maioria das estudantes (65,11%) fez uso da contracepção de emergência até 24 horas após o ato sexual. De acordo com a literatura, a CE deve ser administrada em até 72 horas após o ato sexual. Entretanto, o ideal é que a mulher tome a pílula o mais próximo possível da relação sexual desprotegida, pois nas primeiras 24 horas a eficácia da pílula é de 88%, e vai diminuindo conforme os três dias passam (LACERDA JOS, PORTELA FS, 2019).

Outro importante resultado encontrado nesse trabalho foi que o uso da CE foi influenciado na maioria das vezes por amigos. Uma das opções que também teve grande percentual na avaliação sobre quem indicou o uso dessa medicação foi a “outro”. Especula-se que esse valor alto pode ter abarcado o parceiro sexual como o principal indicador desse método. Outros estudos com mesma temática têm indicado que o parceiro sexual é o principal influenciador dessa prática entre jovens universitárias (ANTUNES *et al.*, 2021; SARMENTO *et al.*, 2018).

Das 86 graduandas em saúde, 53 delas não receberam nenhum tipo de orientação no momento da compra. Esse alto número mostra como as farmácias ainda são carentes de informação precisa e de uma cultura educacional estabelecida para clientes e pacientes desses estabelecimentos de saúde.

A maioria das jovens entrevistadas não apresentou ocorrência de eventos adversos fazendo uso de contracepção de emergência. Foram registrados entre a amostra analisada 17,44% de ocorrência de eventos indesejados. Estudos tem apontado que os eventos adversos mais frequentes no uso da pílula do dia seguinte são náuseas e vômitos. Também tem sido relatado cefaleia, dor na mama e vertigens (SABINO *et al.*, 2019). A orientação sobre o uso seguro e responsável da contracepção de emergência pode favorecer a menor ocorrência de eventos adversos e a maior segurança para a administração dessa medicação entre as mulheres.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou estabelecer um mapeamento acerca da percepção de jovens graduandas em cursos de saúde, acerca da CE (pílula do dia seguinte). Os dados aqui encontrados mostram que a maioria das graduandas de cursos de saúde já fizeram uso da contracepção de emergência sem prescrição médica e sem orientação no momento da compra. A falta de informação profissional confunde e desorienta o consumo de CE entre as mulheres, impactando tanto no receio de novo uso quanto na utilização incorreta.

Por ser considerado um método eminentemente emergencial, vislumbrou-se que as jovens pesquisadas recorram a ele, em sua maioria, como via primária, em detrimento de não fazerem uso correto da pílula anticoncepcional, por não adesão a nenhum método contraceptivo na relação sexual. Os motivos para esta recusa são inúmeros, dentre os quais assinala-se a dificuldade, ainda presente, das mulheres falarem e negociarem abertamente com seus parceiros sobre o uso do preservativo e/ou outro método contraceptivo.

Embora as jovens recorram cada vez mais a este método (muitas vezes de forma desmedida e recorrente), há pouca informação sobre seu uso. As pesquisadas foram orientadas a utilizar a CE, em sua maioria, por amigos, conhecidos ou internet. Apenas uma minoria inexpressiva recebeu orientação médica prévia ou farmacêutica, no ato da compra. Isso faz com que possa se ignorar possíveis efeitos adversos relacionados ao uso prolongado da pílula do dia seguinte e pode oferecer risco a saúde da mulher.

Por esta razão, uma vez traçada a percepção das jovens universitárias de Minas Gerais sobre o uso da CE, é importante reforçar sobre o papel orientador do farmacêutico no momento em que a mulher adquire a pílula do dia seguinte. Considerando que a maior parte do público feminino faz a compra do medicamento sem nenhuma orientação profissional e, ainda, que não é necessária a prescrição médica para seu uso, é papel do farmacêutico orientar e explicitar à mulher tudo a respeito de seus efeitos e a maneira correta e consciente de se usar. É necessário deixar de lado as barreiras sociais, preconceitos e constrangimentos para se falar abertamente sobre a sexualidade feminina, assegurando à mulher segurança e saúde no uso dos métodos contraceptivos.

LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS

Cabe destacar que esse trabalho apresentou alguns obstáculos como a dificuldade de acesso a todas as graduandas dos diferentes cursos de saúde, nas instituições privadas investigadas. Dificuldade essa imposta pela pandemia do COVID-19. Além disso, ressalta-se que entre todas as participantes entrevistadas, algumas não preencheram o questionário completamente. Sugere-se que um dos motivos seja porque a temática abordada nesse trabalho seja de foro íntimo sexual e possa causar vergonha. Apesar dos avanços alcançados a respeito do comportamento sexual das mulheres nas últimas décadas ainda pode-se encontrar jovens mulheres com certo grau de inibição e timidez quando esse tema é abordado. Salienta-se ainda que o uso de um n amostral maior que o praticado nesse estudo possa favorecer uma compreensão mais fiel do comportamento de grupos etários e de populações específicas. Como perspectiva, sugere-se que posteriormente possa se analisar a percepção de jovens graduandos em saúde do sexo masculino a respeito da prática da contracepção de emergência.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Beatriz; BORGES GONÇALVES, Marina; VIVIANE FONTOURA, Léia; D'EÇA NEVES, Gustavo. Perfil sexual de estudantes universitários. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, vol. 30, no. 4, p. 1–8, 2017. <https://doi.org/10.5020/18061230.2017.6219>.
- ANTUNES, Maronne Quadros; OLIVEIRA, Anna Karine de; FERREIRA, Larissa Lopes; DAMASCENO, Eurislene Moreira Antunes; CRUZ, Cleya da Silva Santana; BARROSO, Heloisa Helena; ROCHA, Ricardo Lopes; PINHEIRO, Marcos Luciano Pimenta. Uso De Contraceptivos De Emergência Entre Estudantes Universitárias / Use of Oral Emergency Contraceptives Among Female College Students. **Brazilian Journal of Development**, vol. 7, no. 3, p. 26444–26457, 2021. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-376>.
- ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado; FERNANDES, Maria Eneida Porto; PIZZOL, Tatiane da Silva Dal; RAMOS, Luiz Roberto; MENGUE, Sotero Serrate; LUIZA, Vera Lucia; TAVARES, Noemia Urruth Leão; FARIAS, Mareni Rocha; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; BERTOLDI, Andréa Dâmaso. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Revista de Saude Publica**, vol. 50, 2016. <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>.
- AZIZE, Rogerio Lopes. Contracepções diversas: Uma leitura crítica do dossiê “Contracepção de emergência no Brasil: Desafios para a assistência farmacêutica.” **Saude e Sociedade**, vol. 26, no. 4, p. 1136–1142, 1 Oct. 2017. DOI 10.1590/s0104-12902017000004. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000401136&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Accessed on: 21 Feb. 2021.
- BAUZÀ, M. L.; ESTEVA, M.; MOLINA, J.; PEREIRÓ, I.; INGLA, M.; MARCH, S. Emergency contraception and risk habits in a university population. **European Journal of Contraception and Reproductive Health Care**, vol. 23, no. 6, p. 427–433, 2 Nov. 2018. DOI 10.1080/13625187.2018.1533547. Available at: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30499726/>. Accessed on: 7 May 2021.
- BLACK, Kirsten I.; HUSSAINY, Safeera Y. Emergency contraception: Oral and intrauterine options. **Australian Family Physician**, vol. 46, no. 10, p. 722–726, 2017. .
- BONATTI, Angélica Fatima; WANDELLES SOARES DOS SANTOS, Gefferson; NASCIMENTO RIBEIRO, Thomaz Ademar; DA SILVA SANTOS, Débora Aparecida; ALVES DE OLINDA, Ricardo; DE SOUZA OLIVEIRA, Jânia Cristiane. Factors Associated

to the Unplanned Pregnancy Type in the Family Health Strategy Project / Fatores Associados ao Tipo de Gestação não Planejada na Estratégia de Saúde da Família. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, vol. 10, no. 3, p. 871, 2018. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.871-876>.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva; VENTURA, Miriam; PAIVA, Sabrina Pereira; BASTOS, Luiza Lena; OLIVEIRA, Naira V. B. Vidal; SZABO, Iolanda. Os perigos subsumidos na contracepção de emergência: moralidades e saberes em jogo.

Horizontes Antropológicos, vol. 23, no. 47, p. 131–161, Apr. 2017. DOI 10.1590/s0104-71832017000100005. Available at: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000100005>. Accessed on: 8 May 2021.

BRANDÃO, Elaine Reis; DA SILVA CABRAL, Cristiane; VENTURA, Miriam; PAIVA, Sabrina Pereira; BASTOS, Luiza Lena; DE OLIVEIRA, Naira Villas Boas Vidal; SZABO, Iolanda. “Bomba hormonal”: Os riscos da contracepção de emergência na perspectiva dos balconistas de farmácias no Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saude Publica**, vol. 32, no. 9, p. 1–11, 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00136615>.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Da gravidez imprevista à contracepção: Aportes para um debate. **Cadernos de Saude Publica**, vol. 33, no. 2, 2017. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00211216>.

DA SILVA, Emília Vitória; PORTO, Marta Soares; AREDA, Camila Alves; MEINERS, Micheline Marie M A; GALATO, Dayani. Conhecimento E Utilização De Anticoncepção De Emergência Por Jovens No Brasil: Revisão Integrativa Da Literatura. **Revista Eletrônica de Farmácia**, vol. 16, p. 1–7, 2019. <https://doi.org/10.5216/ref.v16i0.45007>.

DELGADO, Vanessa Gonçalves; OLIVEIRA, Ewelyn dos Santos; FROTA, Elisângela de Fátima Ponte; DIAS NETA, Andreana Rodrigues; CHAVES, Raí Ferreira; NASCIMENTO, Glenda de Oliveira Batista do; MACIEL, Antônia Evilânna Cavalcante; SOARES, Frandison Gean Souza. Gravidez não planejada e os fatores associados à prática do aborto: revisão de literatura / Unplanned pregnancy and factors associated with abortion: a literature review.

Brazilian Journal of Health Review, vol. 3, no. 5, p. 12315–12327, 2020. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n5-077>.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria; GALVÃO, Taís Freire; ANDRADE, Keitty Regina Cordeiro de; ARAÚJO, Paula Caetano; SILVA, Marcus Tolentino; PEREIRA, Maurício Gomes. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e serviços de saude : revista do**

Sistema Unico de Saude do Brasil, vol. 26, no. 2, p. 319–330, 1 Apr. 2017. DOI 10.5123/S1679-49742017000200009. Available at: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742017000200319&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Accessed on: 7 May 2021.

EDELMAN, Alison B.; CHERALA, Ganesh; BLUE, Steven W.; ERIKSON, David W.; JENSEN, Jeffrey T. Impact of obesity on the pharmacokinetics of levonorgestrel-based emergency contraception: Single and double dosing. **Contraception**, vol. 94, no. 1, p. 52–57, 1 Jul. 2016. DOI 10.1016/j.contraception.2016.03.006. Available at: </pmc/articles/PMC4944814/>. Accessed on: 21 Feb. 2021.

FESTIN, Mario P.R.; BAHAMONDES, Luis; NGUYEN, Thi My Huong; HABIB, Ndema; THAMKHANTHO, Manopchai; SINGH, Kuldip; GOSAVI, Arundhati; BARTFAI, Gyorgy; BITO, Tamas; BAHAMONDES, M. Valeria; KAPP, Nathalie. A prospective, open-label, single arm, multicentre study to evaluate efficacy, safety and acceptability of pericoital oral contraception using levonorgestrel 1.5 mg. **Human Reproduction**, vol. 31, no. 3, p. 530–540, 2016. <https://doi.org/10.1093/humrep/dev341>.

HAEGER, Kristin O.; LAMME, Jacqueline; CLELAND, Kelly. State of emergency contraception in the U.S., 2018. **Contraception and Reproductive Medicine**, vol. 3, no. 1, p. 1–12, 2018. <https://doi.org/10.1186/s40834-018-0067-8>.

JATLAOUI, Tara C.; CURTIS, Kathryn M. Safety and effectiveness data for emergency contraceptive pills among women with obesity: a systematic review. **Contraception**, vol. 94, no. 6, p. 605–611, 2016. DOI 10.1016/j.contraception.2016.05.002. Available at: <http://dx.doi.org/10.1016/j.contraception.2016.05.002>.

LACERDA JOS, PORTELA FS, Marques MS. Artigo de Revisão O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência : Uma Revisão Sistemática da Literatura The Indiscriminate Use of Emergency Contraception : A Systematic Review of the Literature (BRANDÃO ; et al ., 2016). vida reprodutiva . Entreta. **Revista multidisciplinar**, , p. 379–386, 2019. Available at: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/1541/2275>.

LEE, Jessica K.; SCHWARZ, Eleanor Bimla. The safety of available and emerging options for emergency contraception. **Expert Opinion on Drug Safety**, vol. 16, no. 10, p. 1163–1171, 3 Oct. 2017. DOI 10.1080/14740338.2017.1354985. Available at: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28730840/>. Accessed on: 20 Feb. 2021.

MATYANGA, Celia M. J.; DZINGIRAI, Blessing. Clinical Pharmacology of Hormonal Emergency Contraceptive Pills. **International Journal of Reproductive Medicine**, vol.

2018, p. 1–5, 2018. <https://doi.org/10.1155/2018/2785839>.

MEDICA, Alexa C.O.; STARK, Shaylyn S.; HADNOTT, Tracy N.; DIETZ, Andrew C.; ROMERO, Sally A.D.; NATARAJAN, Loki; MARTINEZ, Elena; WHITCOMB, Brian W.; SU, H. Irene. Use of emergency contraception among female young adult cancer survivors. **Fertility and Sterility**, vol. 109, no. 6, p. 1114-1120.e1, 2018. DOI 10.1016/j.fertnstert.2018.02.136. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.fertnstert.2018.02.136>.

MICHIE, L.; CAMERON, S. T. Emergency contraception and impact on abortion rates. **Best Practice and Research: Clinical Obstetrics and Gynaecology**, vol. 63, p. 111–119, 1 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.bpobgyn.2019.06.008>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. BRASIL. Anticoncepção de emergência. 2005. .

MIRANDA, Patrícia Sofia Ferreira; AQUINO, Joana Margarida Gonçalves; MONTEIRO, Ricardo Miguel Patrício de Carvalho; DIXE, Maria Dos Anjos Coelho Rodrigues; LUZ, Alexandra Maria Branco da; MOLEIRO, Pascoal. Sexual behaviors: study in the youth. **Einstein (Sao Paulo, Brazil)**, vol. 16, no. 3, p. eAO4265, 17 Sep. 2018. DOI 10.1590/S1679-45082018AO4265. Available at: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082018AO4265>. Accessed on: 8 May 2021.

MONTEIRO, Denise Leite Maia; MONTEIRO, Denise Leite Maia; PEREIRA, Maria Fernanda Vieira Rangel; PEREIRA, Maria Fernanda Vieira Rangel; HERTER, Liliane Diefenthaeler; AVILA, Renata; RAUPP, Roberta Monteiro. Emergency hormonal contraception in adolescence. **Revista da Associação Médica Brasileira**, vol. 66, no. 4, p. 472–478, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9282.66.4.472>.

OPAS, MS. **Saúde e Sexualidade de Adolescentes**. [S. l.: s. n.], 2017. Available at: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/PDF/2017/maio/05/LIVRO-SAUDE-ADOLESCENTES.PDF>.

PADOVEZE, Isabela; COSTA, Aline Balandis da; SILVA, Flávia Teixeira Ribeiro da; PINHEIRO, Vitória; SILVA, Natalia Maria Maciel Guerra; TASHIMA, Cristiano Massao; MELO, Simone Cristina C. S. de. Uso Da Anticoncepção De Emergência Em Estudantes Universitárias / Use of Emergency Anticonception in Universtiy Students. **Brazilian Journal of Development**, vol. 7, no. 1, p. 9633–9643, 2021. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-653>.

PAUL, Sudipta. Dry ‘Intrauterine Swimming Pool’ for the Sperm – A Potential New Mechanism of Action of Levonorgestrel-Releasing Intrauterine System (LNG-IUS, Mirena) as a Contraceptive. **Obstetrics & Gynecology International Journal**, vol. 5, no. 2, p. 1–6,

2016. <https://doi.org/10.15406/ogij.2016.05.00149>.

PEPE, Camila; SAKAGUTE, Mara; RAMOS, Natália; MAESTRI, Carlos. Custo-efetividade do uso do sistema intrauterino liberador de 52 mg de levonorgestrel (SIU-LNG) versus contraceptivos hormonais de curta duração na prevenção de gravidez não desejada em adolescentes entre 15 e 19 anos sob a perspectiva do Sistema Único de. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, vol. 9, no. 1, p. 100–108, 2017.

<https://doi.org/10.21115/jbes.v9.n1.p100-8>.

POMBAL, -Pb; BRASIL,). REBES REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
Contraceptive use of Assessment Between Emergency University Students. , p. 49–55, 2015. Available at: <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES>.

RIBEIRO, Rivaldo Souza; SILVA, Maciel Souza; BARROS, Neuza Biguinati. Incidência do uso indiscriminado do levonorgestrel por alunos da EEEFM 4 de janeiro, Porto Velho/RO. **Brazilian Journal of Development**, vol. 6, no. 6, p. 38444–38456, 2020.

<https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-404>.

SABINO, Amanda Bernardino; PEREIRA PRATTI, Giselly; LÚCIA WELTER, Vera; LAMAS, Aline Zandonadi. **OS PRINCIPAIS EFEITOS RELACIONADOS AO USO INDISCRIMINADO DOS CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA**. [S. l.: s. n.], [s. d.].

SANTANA, Kamila dos Santos et al. O papel do profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos. THE ROLE OF THE PHARMACEUTICAL PROFESSIONAL IN THE PROMOTION OF HEALTH AND RATIONAL USE OF MEDICINES. **Revista Científica FAEMA**, vol. 9, no. 1, p. 399–412, 2018. Available at: <http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/538>.

SARMENTO, Maria do Socorro Ribeiro de Araújo; SALES, Jaqueline Carvalho e Silva; SILVA JÚNIOR, Fernando José Guedes da; PARENTE, Adriana da Cunha Meneses. Sexual Behaviors and the Use of Contraceptive Methods Among Undergraduate Female Students of the Health Area. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, vol. 22, p. 1–7, 2018.

<https://doi.org/10.5935/1415-2762.20180040>.

SHEN, Jie; CHE, Yan; SHOWELL, Emily; CHEN, Ke; CHENG, Linan. Interventions for emergency contraception. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, vol. 2019, no. 1, 20 Jan. 2019. DOI 10.1002/14651858.CD001324.pub6. Available at: </pmc/articles/PMC7055045/>. Accessed on: 21 Feb. 2021.

SPINDOLA, Thelma; OLIVEIRA, Claudia Silvia Rocha; SANTANA, Rosana Santos Costa; SODRÉ, Carolina Passos; ANDRÉ, Nathália Lourdes Nepomuceno de Oliveira;

BROCHADO, Erica De Jesus. Sexual Practices, Knowledge and Behavior of College Students Regarding Sexually Transmitted Diseases / Práticas Sexuais, Conhecimento e Comportamento dos Universitários em Relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, vol. 11, no. 5, p. 1135, 2019.

<https://doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1135-1141>.

STECKERT, Ana Paula Panato; NUNES, Sabrina Figueredo; ALANO, Graziela Modolon.

Contraceptivos Hormonais Orais: Utilização E Fatores De Risco Em Universitárias. **Arquivos**

Catarinenses de Medicina, vol. 45, no. 1, p. 78–92, 2016. Available at:

<http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/64>.

WANNMACHER, Lenita. Contracepção de emergência : evidências versus preconceitos. vol. 2, p. 1–6, 2009. .